

**Diálogos intelectuais e escrita da história:  
Ensinar, construir e formar as futuras gerações**

ANA PAULA BARCELOS RIBEIRO DA SILVA<sup>1</sup>

Este trabalho é parte da tese de doutorado intitulada *Diálogos sobre a escrita da história: Ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina (1910-1940)* defendida em março de 2011 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Nela analisamos a teoria da história através da relação entre diálogos intelectuais e categorias do tempo de modo a observarmos a complexidade do tempo histórico que envolve o objeto de pesquisa e o trabalho do historiador. Com esta finalidade, partimos dos diálogos intelectuais desenvolvidos entre Brasil e Argentina acerca da escrita da história que, além de colocarem questões centrais para os historiadores num período de profissionalização do campo, envolveram a retomada do contato com as antigas metrópoles Portugal e Espanha. Nestas trocas intelectuais encontramos uma acalorada discussão acerca da escrita da história desenvolvida por estes países. Discussão cujo eixo é a resignificação da história, em especial diante da miscigenação e do passado colonial.

A partir das questões que estes fatores colocam aos intelectuais, mais especificamente aos historiadores, brasileiros e argentinos no período de passagem à modernidade, consideramos ainda as implicações que a busca de reconhecimento e legitimidade traz aos diálogos intelectuais. Isto num período de independência já consolidada e de inserção numa esfera internacional excludente. Era, então, preciso responder às demandas trazidas pelo passado marcado por características que comprometem, no presente, as tentativas de obtenção de reconhecimento e legitimidade diante do Outro. Tzvetan Todorov<sup>2</sup> lembra que a conquista de alteridade encontra-se diretamente relacionada ao pertencimento a um grupo que nos confere legitimidade.

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. O trabalho resulta da pesquisa de doutoramento realizada entre os anos de 2007 e 2010 com financiamento da CAPES.

<sup>2</sup> TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres: La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris : Éditions du Seuil, 1989. Sobre a representação de si e a busca de reconhecimento e legitimidade nas sociedades democráticas, ver : HAROCHE, Claudine. Les paradoxes de l'égalité : les cas du droit à la reconnaissance. In : KOUBI, G., GUGLIELMI, G., et al. (org.). *L'égalité des chances*. La Découverte, 2000. p. 25-35 e HAROCHE, Claudine. Des formes et des manières en démocratie. *Raisons Politiques*, n. 1, février 2001.

Afinal, a legitimidade do Nós existe a partir de uma relação com os Outros. Processo este que identificamos como já sendo desenhado no início do século XX por meio da atuação de intelectuais e instituições.

Para esta análise, partimos do pensamento histórico e dos diálogos entre historiadores brasileiros, argentinos, portugueses e espanhóis, representantes de renomadas instituições históricas em seus países: Max Fleiuss, Ricardo Levene, Fidelino de Figueiredo e Rafael Altamira. Importantes interlocutores no campo historiográfico, através deles pudemos captar os diálogos desenvolvidos entre estes indivíduos e deles com alguns pares intelectuais que atuaram nos projetos de intercâmbio entre Brasil e Argentina e destes países com suas ex-metrópoles. Para o desenvolvimento da pesquisa trabalhamos com materiais das missões diplomáticas do Brasil no exterior; atas e correspondências de congressos e conferências internacionais relacionados ao ensino e à escrita da história; acordos internacionais; periódicos; e correspondências trocadas entre historiadores e intelectuais em geral que atuaram nestes intercâmbios. Estas fontes foram consultadas no Arquivo Histórico e na Biblioteca do Itamaraty, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Biblioteca Nacional; além dos arquivos da Academia Nacional de História Argentina, do Instituto de História do Direito, da Biblioteca Nacional da República Argentina e da Biblioteca, Museu e Arquivo Dr. Ricardo Levene em Buenos Aires.

Neste breve artigo procuraremos analisar como no início do século XX a escrita, o estudo e o ensino da história se tornaram pautas fundamentais nos debates intelectuais que envolviam a imagem de país a ser construída. Neste período a história foi vista como capaz de colaborar para a construção do futuro; daí repensá-la, estudá-la e, principalmente, pesquisá-la, o que lhe conferiria validade e credibilidade. Empreendimentos como o *Convênio de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*, assinado entre Brasil e Argentina, e a formação das *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* e de *Autores Argentinos traduzidos ao Português* são exemplos que ilustram esta preocupação. São, deste modo, pretextos que demonstram o papel da história na compreensão do presente e na elaboração de prognósticos de futuro. Focalizada por estes empreendimentos, a história exerceria um importante papel como promotora da integração ibero-americana e na construção de uma alternativa pacífica diante dos contextos da Primeira e da Segunda Guerra na

Europa. Com esta finalidade, as tentativas de promoção de diálogos intelectuais e trocas culturais entre Brasil e Argentina serão aplicadas com intensidade e efetividade sem precedentes, sobretudo nos anos 1930 e 1940.

A partir destes diálogos é possível perceber uma reflexão acerca dos rumos que a escrita da história, nacional e da América (ainda em fase de construção), deveria seguir no início do século XX. Juntos os historiadores de ambos os países se empenharão em analisar os princípios e métodos que norteariam seu trabalho. Como principal base ideológica deveria funcionar o diálogo pacífico, cordial e solidário entre os países ibero-americanos; metodologicamente o uso de fontes documentais que confeririam caráter de verdade ao que seria dito deveria prevalecer. Daí a necessidade de, numa reflexão sobre teoria da história, pensar estes historiadores a partir de uma concepção dialógica da produção do conhecimento. Ao pensar a história dialogicamente, estes indivíduos exercitavam um triplo movimento de interpretação do passado, partindo de questões do presente e realizando prognósticos de futuro, como aponta Reinhart Koselleck<sup>3</sup>. Imiscuem-se aqui diferentes tempos na forma como se lê a história no início do século XX no Brasil e na Argentina. Seria necessário, para aqueles intelectuais, olhar para o passado de modo a construir um presente e um futuro de trocas culturais e econômicas entre estes países e o restante da América, um futuro de solidariedade e cordialidade. Este olhar se torna ainda mais complexo quando, seguindo a orientação de Koselleck, o inserimos numa perspectiva mais ampla que envolve uma discussão sobre teoria da história. Para o autor, este debate sobre as estruturas do tempo é fundamental para o domínio da investigação histórica. Isto porque o passado apenas nos é acessível a partir de teorias que objetivam compreendê-lo ou reconstruí-lo. Assim, seria a partir da teoria que a pesquisa histórica se constituiria como tal<sup>4</sup>. Os tempos históricos se encontram no cerne desta discussão. Somente levando-se em consideração as muitas camadas do curso histórico do tempo é que a análise histórica se torna teoricamente possível<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

<sup>4</sup> Ver: Idem. On the need for theory in the discipline of history. In: *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002. p. 1-19.

<sup>5</sup> A respeito do debate sobre os tempos históricos no pensamento de Reinhart Koselleck, ver: ZAMMITO, John. Koselleck's philosophy of historical time(s) and the practice of history. In: *History and Theory*, 43, fevereiro de 2004. p. 124-135.

Os historiadores neste período tratavam, na verdade, de diferentes representações de tempo. Um passado que para eles era passado e para nós também o é, outro que para eles era presente e para nós é passado e outro que para eles era futuro e para nós é presente ou passado. Foi em meio a esta complexidade de tempos históricos que aqueles indivíduos se empenharam em pensar a história: olhar para o passado para pensar a história da América de modo a construir um presente e um futuro de paz e cordialidade. Os historiadores argentinos pertencentes à Junta de História e Numismática Americana/Academia Nacional da História Argentina<sup>6</sup> chegaram a apontar a história como “senhora da vida”<sup>7</sup>, o que demonstra, na América Ibérica, seu papel ainda de mestra da vida, orientadora das ações presentes e futuras, mesmo com a transformações que, segundo Koselleck, marcaram os tempos históricos após o Iluminismo e a Revolução Francesa<sup>8</sup>. Com este princípio em mente se voltarão para a pesquisa em arquivos, o trabalho com fontes documentais e a reedição de trabalhos por eles considerados de alto valor histórico. Preocupar-se-ão, ao mesmo tempo, em conhecer melhor a história e a formação social dos países vizinhos, em especial do Brasil. Foi em meio a esta perspectiva que surgiram a *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* e as *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana e de Autores Argentinos traduzidos ao Português*.

---

<sup>6</sup> Fundada em 1893 por Bartolomé Mitre e transformada na atual Academia Nacional de Historia Argentina em 1938, a Junta reunia intelectuais argentinos ligados ao estudo da história e apresentava importante atuação na aproximação entre a intelectualidade ibero-americana. Diversos intelectuais europeus também participavam como membros correspondentes. Os quatro historiadores que enfatizamos na tese – Fleiuss, Levene, Fidelino e Altamira – relacionavam-se direta ou indiretamente com a instituição. Ricardo Levene foi um dos seus principais membros desde 1915 até sua morte em 1959. Além disto, a presidiu no período entre 1927 a 1931 e 1934 a 1938.

<sup>7</sup> Ver: ANZOÁTEGUI, Victor Tau; URQUIJO, José M. Mariluz e MAEDER, Ernesto J. A. (org.). *La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)*. Vol. 1. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1995. p. 239.

<sup>8</sup> Para Koselleck, a partir do século XVIII, com o Iluminismo e a Revolução, a visão de uma história mestra da vida ou exemplo a ser repetido perdeu lugar para a ênfase em sua capacidade de construção e progressão para o futuro. A história não deveria mais esperar conselhos deste passado, mas sim de um futuro a ser construído. Na tese defendemos a ideia de que há, nesta releitura da história desenvolvida no Brasil e na Argentina, uma tensão entre a história pós-iluminista, voltada para a construção do progresso, para a qual ser moderno significava transformar e não aprender com o passado, e outra ainda marcada pelo aprendizado que poderia trazer para o presente e o futuro. Ou seja, no contexto ibero-americano, ao menos nos países em questão, muitos historiadores ainda viviam a história mestra da vida, a qual Koselleck afirma ter sido enfraquecida pelo Iluminismo. Porém, ela mesma era utilizada como forma de produzir inovações políticas, ou apenas acomodações e adaptações, diante do contexto de passagem à modernidade.

Este olhar sobre a história da América como um todo auxiliaria na ruptura com a distância e o isolamento que atingiam (e ainda atingem) a América Ibérica. Seria um meio de, na prática, romper com a distância, o desconhecimento e a desqualificação que atingem os países ibero-americanos. Em conjunto e relendo a própria história, com o olhar voltado para a construção do futuro, seus historiadores poderiam encontrar caminhos para vencer a desqualificação da origem em países miscigenados e de passado colonial, de modo a se legitimarem em vista de projeção no cenário internacional. Assim, conjugadas, a integração ibero-americana e a releitura da história ofereceriam alternativas futuras à distância e ao isolamento. Os empreendimentos aqui analisados concretizariam as perspectivas integracionistas dos historiadores brasileiros e argentinos no início do século XX.

Em artigo do jornal *A Nação* de 1933 os patriotismos são apontados como geradores de conflitos e da desqualificação entre os países ibero-americanos. Isto apenas contribuiria para a inimizade e o distanciamento entre eles. Seria necessário trabalhar a formação das futuras gerações a fim de que fosse construído um porvir de paz por meio do conhecimento mútuo de suas histórias. Era preciso conhecer-se e, assim, desenvolver o “espírito fraternal” entre os países ibero-americanos. Este seria o mais importante objetivo do *Convênio de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*: “(...) queremos que se formem gerações com mentalidade nova, com espírito fraternal, não só no Brasil como em todos os países da América”<sup>9</sup> (*A NAÇÃO*, 1933). Com significado ainda mais abrangente, o convênio contribuiria para a construção de diálogos intelectuais que favorecessem o conhecimento mútuo da história e evitassem a guerra. Neste sentido, consideramos haver uma intrínseca relação entre guerras, mais especificamente a Primeira e a Segunda Guerra, e a releitura da história. Fazia-se necessário aprender com as experiências apresentadas pela história para evitar que os mesmos erros fossem repetidos no futuro. Bastaria reconhecer os enganos e equívocos e, a partir de então, traçar caminhos possíveis na construção da paz diante da guerra e de conflitos diplomáticos. Vejamos os argumentos presentes no artigo citado, utilizados para justificar a assinatura do convênio:

---

<sup>9</sup> Callen personas cuando hablen pueblos. Artigo do jornal *A Nação*, 11 de outubro de 1933. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

*A revisão dos textos de ensino de historia e geographia é indispensável. (...) A paz deve existir na consciencia de todos os cidadãos fronteiriços. E esse espirito só pode ser formado pela educação. [sem grifo no original] Ensinando a nossos filhos [sem grifo no original] *que o limite das nossas fronteiras não está dentro do territorio alheio, não fomentaremos o irredentismo que perturbou e perturbará a vida da Europa. Ensinando a nossos filhos [sem grifo no original] os verdadeiros pontos terminaes, do solo da Patria nem por isso enfraqueceremos nelles o espirito nacional. (...)* Ensinando a nossos filhos a verdadeira historia da America do Sul [sem grifo no original], *que em poucos annos formou Nações de povos livres, deveremos visar principalmente a obra de construcção de nossos homens e não as de demolição [sem grifo no original]. (...)* Nossos filhos [sem grifo no original], *na América, devem aprender a se estimarem e não se desprezarem mutuamente.*(...) (...)*

*Os povos da America desejam paz. Que essas palavras sejam ouvidas em todo o Continente. E que a paz se torne duradoura, firmada na educação das futuras gerações [sem grifo no original].<sup>10</sup> (A NAÇÃO, 1933)*

Neste trecho, a história é apresentada como aquela que ensina e constrói, responsável pela formação das novas gerações e por nelas desenvolver o respeito pelo território alheio. O patriotismo, deste modo, não poderia interferir na maneira como se percebe os demais países ao redor. Isto não deveria apenas estar presente em acordos diplomáticos, mas, fundamentalmente, na história que é ensinada e, assim, participa da formação dos “nossos filhos”. Cabe ressaltar que a utilização recorrente desta expressão ao longo do artigo indica uma preocupação notável com o futuro, com aquilo que a história é capaz de construir para as futuras gerações, com as possibilidades de futuro ensinadas pela história. Esta ganha, deste modo, uma importante função prática para além do simples aprendizado. Ganha caráter de utilidade para a ação sobre o presente e o futuro. Ensinar e aprender história se tornam exercícios de reflexão sobre o presente com o olhar voltado diretamente para o futuro. Claramente, a expressão “nossos filhos”, assim como outras por nós assinaladas acerca da educação e da construção dos homens e das futuras gerações, relaciona passado, presente e prognósticos de futuro. Projeta os objetivos do estudo da história diretamente sobre algo que deve ser conquistado para as próximas gerações. Afinal, ela seria a mestra da vida. Aqui concepções de história e perspectivas de futuro se encontram de forma bastante ilustrativa.

Lembremos das diferentes e, não raramente, conflitantes perspectivas de futuro existentes num mesmo período, conforme aponta Koselleck. Afinal, cada grupo produz

---

<sup>10</sup> Ibidem.

uma determinada expectativa de futuro de acordo com o lugar social que ocupa e os interesses presentes que o envolvem. Ao mesmo tempo, o autor demonstra que ao falarmos de futuro tratamos de ações políticas sobre o presente e o futuro, pois algumas das expectativas construídas podem acabar ocorrendo, já que a ação política foi direcionada neste sentido. Os usos da história, portanto, se imiscuem e envolvem distintas dimensões temporais que conjugam o olhar sobre o passado, a reflexão sobre o presente e a projeção do futuro. A história é aquela que ensina e forma os filhos, as futuras gerações, que constrói os homens. A *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* é parte de um projeto que reunia historiadores, intelectuais e políticos das classes dominantes, ligados à diplomacia, e seus projetos de futuro. Diante disto, a exploração do colonialismo, os conflitos e a brutalidade da escravidão tendiam a ser apagados. Seria um futuro conciliado e pacífico que deveria vir à tona. Assinado no dia 10 de outubro de 1933, durante os governos de Getúlio Vargas no Brasil e Augustín Justo na Argentina, o convênio teve seu texto oficial publicado pela Imprensa Nacional apenas em 1936. Nele consta a defesa do conhecimento da história do país vizinho para que as futuras gerações pudessem construir relações de amizade e trocas culturais<sup>11</sup>. Portanto, era fundamental que se apagasse dos textos de ensino de história e geografia itens que propiciassem o conflito entre os países americanos. Mais uma vez, olhar para o passado e escrever a história passam diretamente pela construção do futuro.

Todos os demais países americanos poderiam pleitear participação no empreendimento de *Revisão*, desde que as comissões brasileira e argentina estivessem de acordo com os novos membros. Em 1945 a *Revisão* já incluía intercâmbios culturais e intelectuais com a Bolívia, o Chile, o Peru, a Colômbia, o Paraguai, o Uruguai e a República Dominicana. Para a revisão dos textos foram definidas algumas normas nas quais deveriam ser pautados os textos já reescritos. Eram elas: generalidade, ao voltar-se para todos os aspectos do passado nacional; cordialidade, com a retirada de qualquer comentário que degradasse a imagem de povos estrangeiros; solidariedade, conferindo sentido histórico à solidariedade entre os povos; idealismo, ao salientar o desinteresse e a cordialidade da política exterior; americanidade, com iniciativas que formem a

---

<sup>11</sup> Ver: *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*. Ministério das Relações Exteriores. RJ: Imprensa Nacional, 1936. Convênio Brasil – Argentina para a revisão dos textos de ensino de história e geografia. (1933-1937). Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

consciência americanista; e veracidade, através de sínteses históricas que deveriam se limitar apenas aos fatos, excluindo-se comentários e divagações. Deste modo, a história ensinada contribuiria para a construção de um porvir pacífico e cordial. Suas consequências, para além do conhecimento do passado, estariam na preparação do futuro.

Cabe ressaltar que a revisão dos textos caminhou de acordo com uma tendência frequente na Europa após a Primeira Guerra quando se objetivava evitar ou amenizar as rivalidades entre as nações. Segundo informa Emiliano Endrek, em 1919 o governo republicano austríaco decidiu pela valorização do estudo da história dos povos em detrimento dos Estados, das famílias reinantes e de suas guerras. Víctor Anzoátegui<sup>12</sup> afirma que Ricardo Levene, historiador argentino trabalhado na tese, membro da Junta de História e Numismática Americana e muito atuante na assinatura do convênio com o Brasil, tomou conhecimento nos anos de 1920 das revisões que então se desenvolviam na Europa a fim de evitar incitações de violência que teriam contribuído para a Primeira Guerra. Acreditamos, conforme já afirmamos anteriormente, que em períodos de guerras cresce o interesse pelo conhecimento da história com a função de pacificação do presente e do futuro. Foi nos escombros da Segunda Guerra que Lucien Febvre<sup>13</sup> se propôs a pensar o que é a Europa e seu processo de construção política e ideológica. Assim, Febvre olhou para o passado a fim de explicar a guerra, o trágico presente que ele e seus contemporâneos experimentavam. Em sua opinião, a Europa precisava se unir para responder às problemáticas do medo e da alteridade que a envolviam. Portanto, a história adquire papel de explicação do presente e esclarecimento de possibilidades para a construção do futuro. A história ensina e constrói alternativas à violência e aos conflitos do presente. O olhar sobre a história se apresentava, então, envolvido por uma múltipla temporalidade. Lembramos que em 1933, Levene falava da necessidade de retirar do ensino da história ideias que prejudicassem a construção de uma consciência americanista. Em entrevista sobre a *Revisão dos Textos*, defendeu a educação das “jóvenes generaciones en el culto de la propia pátria y en el sentimiento de amor y

---

<sup>12</sup> ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. Ricardo Levene y la Biblioteca de Autores Brasileños traducidos al Castellano. *Academia Portuguesa de História. IV Congresso das Academias de História Íbero-Americana*. V. II. Lisboa, 6 a 13 de novembro de 1994. p. 705-719.

<sup>13</sup> FEBVRE, Lucien. *A Europa: gênese de uma civilização*. SP: EDUSC, 2004.



armonía de los pueblos de América entre si”<sup>14</sup> (LEVENE, 1933). Enfatizou ainda a importância de não condenar o que veio antes, mas sim perceber o rico conteúdo da história americana, com sua cultura, raça e língua, de modo a “destacar el valor transcendental del sentimiento iberoamericano”<sup>15</sup> (LEVENE, 1933). Esta seria a contribuição da história para a pacificação do presente.

Foi em meio ao desenvolvimento dos trabalhos de revisão dos textos que Ricardo Levene, então presidente da Junta, visitou o Brasil em 1936. Aqui se empenhou ainda em negociar outro importante empreendimento que favorecia os diálogos intelectuais entre o Brasil e a Argentina acerca da escrita da história: a *Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana*. Iniciada em 1937, suas bases foram definidas a partir da estadia de Levene no Brasil entre os meses de julho e agosto de 1936. Seguindo na mesma direção, Affonso Taunay, em nome do Itamaraty, anuncia que também seria incentivada no país a criação de uma *Biblioteca de Autores Argentinos traduzidos ao Português*. Ficou decidido que as primeiras obras traduzidas seriam *Historia de la Civilización Argentina*<sup>16</sup> de autoria do próprio Levene e a *História da Civilização Brasileira*<sup>17</sup> de Pedro Calmon. Dariam continuidade às traduções obras de Bartolomé Mitre, Ruy Barbosa, Ramón Cárcano, Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, classificadas como de caráter literário, histórico e sociológico. O objetivo da iniciativa argentina que inspirou os intelectuais brasileiros era traduzir obras com fins pacifistas nas áreas de História, Ciências, Geografia e Letras para serem distribuídas entre as Bibliotecas Públicas e os professores argentinos dos ensinos primário, secundário e universitário. Segundo Carlo Ginzburg<sup>18</sup>, a produção do conhecimento se dá inserida num processo de circulação cultural e de ideias entre pares nacionais e estrangeiros. É, portanto, através de um processo de produção dialógica do conhecimento que estes intelectuais se empenham no estudo da história do país vizinho.

---

<sup>14</sup> Inicia América una política espiritual eficaz y necesaria. s/n, 06 de dezembro de 1933. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. RJ: Of. Graf. de A Noite, 1938. Tradução resultante deste empreendimento e se encontra depositada na Biblioteca do Itamaraty.

<sup>17</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. RJ: Editora Nacional, 1937.

<sup>18</sup> GINZBURG, Carlo. *Nenhuma Ilha é uma Ilha – Quatro visões da literatura inglesa*. SP: Companhia das Letras, 2004.

As obras traduzidas pelas *Bibliotecas* tratavam de temas relacionados a várias esferas da vida social, de modo a tornar a história muito mais próxima e acessível ao grande público do que a descrição de eventos políticos e militares. Trata-se agora de aspectos da formação da sociedade que fazem parte do cotidiano dos indivíduos. É possível, assim, ver nas páginas dos livros e buscar uma identificação com o que é lido. Busca-se construir uma relação entre o livro de história e as experiências do presente. Como já dissemos, acreditamos que estes empreendimentos ilustram uma atuação conjunta dos intelectuais no início do século XX no Brasil e na Argentina em torno da escrita e do ensino da história, o que se relaciona à busca de reconhecimento e legitimidade diante da esfera internacional. Como intelectuais como estes brasileiros e argentinos poderiam nela se inserir? Não esqueçamos que eram oriundos de países de passado colonial e marcados pela miscigenação. Questão que ainda hoje não se apresenta resolvida, menos ainda esteve no início do século XX. Para chegar a esta esfera, era preciso antes responder às problemáticas que o passado e o presente lhes impunham. Era preciso qualificar-se, a si mesmo e a sua própria história, maquiando os conflitos e as rivalidades e valorizando o que aqui haveria de supostamente bom. O papel dos países colonizadores, inclusive, é bastante valorizado neste processo de reinterpretação histórica. A cultura e a formação social ganham destaque. As fontes documentais que confeririam caráter de veracidade à história se tornam essenciais no trabalho do historiador.

Era preciso construir uma leitura apropriada de país e legitimá-la por meio de fontes documentais, do trabalho de pesquisa, da revisão dos textos de ensino e do intercâmbio de traduções que garantiria interlocutores ao que é produzido. Era preciso, ao mesmo tempo, romper com o isolamento interno que afetava a América Ibérica que na tentativa de se aproximar dos europeus, ou de ser como eles, esquecia de si mesma. Era preciso vencer o embaraço e a desqualificação de ser brasileiro, argentino, chileno, peruano, uruguaio, boliviano, etc. Era preciso, por fim, vencer os próprios obstáculos subjetivos para a formação de uma identidade ibero-americana. Destacamos o que afirma Robert Darnton<sup>19</sup> acerca das relações entre os textos lidos e a compreensão das experiências vividas de acordo com determinados contextos históricos e sociais. As

---

<sup>19</sup> DARNTON, Robert. A leitura rousseauista e um leitor 'comum' no século XVIII. In: CHARTIER, Roger. (org). *Práticas de Leitura*. SP: Estação Liberdade, 1996. p. 143-175.

traduções e revisões que aqui apontamos podem ser assim compreendidas, na medida em que as percebemos como parte de um projeto de construção da “americanidade”, da cordialidade, do pacifismo e de autoqualificação através da história. Estas traduções passam a formar parte da educação dos jovens, conseqüentemente, da formação das futuras gerações. Não esqueçamos que alcançar o futuro a partir de uma ação no presente era objetivo principal da *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*, de onde surgiu a ideia das *Bibliotecas*. Juntos, estes intelectuais pensam alternativas para os conflitos e rivalidades entre países e buscam construir um futuro de paz em oposição à Primeira Guerra que não se queria ver repetida. Se a história ensina e constrói é preciso olhar em direção a ela para evitar um porvir violento e intolerante. Prognóstico de futuro que, como sabemos, não se confirmou.

#### **FONTES:**

*Callen personas cuando hablen pueblos*. Jornal *A Nação*, 11 de outubro de 1933.

*Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*. Ministério das Relações Exteriores. RJ: Imprensa Nacional, 1936. Convênio Brasil – Argentina para a revisão dos textos de ensino de história e geografia. (1933-1937).

Inicia América una política espiritual eficaz y necesaria. s/n, 06 de dezembro de 1933.

CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. RJ: Editora Nacional, 1937.

LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. RJ: Of. Graf. de A Noite, 1938.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

ANZOÁTEGUI, Victor Tau. Ricardo Levene y la Biblioteca de Autores Brasileños traducidos al Castellano. *Academia Portuguesa de História. IV Congresso das Academias de História Ibero-Americana*. V. II. Lisboa, 6 a 13 de novembro de 1994.

ANZOÁTEGUI, Victor Tau; URQUIJO, José M. Mariluz e MAEDER, Ernesto J. A. (org.). *La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)*. Vol. 1. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1995.

CHARTIER, Roger. (org). *Práticas de Leitura*. SP: Estação Liberdade, 1996.

FEBVRE, Lucien. *A Europa: gênese de uma civilização*. SP: EDUSC, 2004.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma Ilha é uma Ilha – Quatro visões da literatura inglesa*. SP: Companhia das Letras, 2004.

HAROCHE, Claudine. Des formes et des manières en démocratie. *Raisons Politiques*, n. 1, février 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

KOUBI, G., GUGLIELMI, G., et al. (org.). *L'égalité des chances*. La Découverte, 2000.

TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres: La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris : Éditions du Seuil, 1989.

ZAMMITO, John. Koselleck's philosophy of historical time(s) and the practice of history. In: *History and Theory*, 43, fevereiro de 2004.